

PARADOXOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: a tese da supremacia branca

Marco Aurelio Paz Tella

6.1 O paradoxo do racismo brasileiro

No Brasil, segundo as pesquisas Datafolha/1995 e NOP-FPA/2003¹, foi perguntado a brancos, pardos e pretos² se os brancos tinham preconceito de cor em relação aos negros. Em 1995, os resultados mostraram que 60%, 60% e 64%, respectivamente, responderam que os brancos são bem preconceituosos em relação à cor. No levantamento de 2003, os números diminuíram, embora se mantivessem altos, e superaram mais da metade dos interrogados: 51%, 53%, 53%, respectivamente afirmaram que os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros.

Quando perguntados sobre se tinham preconceito de cor em relação aos negros, 88% e 89% de brancos e pardos, respectivamente, declaram que não, ainda na mesma pesquisa. Esses números subiram para 95% e 96%, respectivamente, na pesquisa de 2003. Em outras palavras, quase a totalidade das pessoas que responderam a pesquisa disse que não tem preconceito racial, ao mesmo tempo em que mais da metade afirmou que há discriminação em relação à cor da pele.

-
- 1 A pesquisa do Datafolha, em 1995, foi realizada logo depois da declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu a existência de discriminação racial no Brasil. Em 2003, a pesquisa foi resultado da parceria da Fundação Perseu Abramo (FPA) e da Fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung, com a realização do Núcleo de Opinião Pública (NOP).
 - 2 Essa classificação é adotada pelos institutos de pesquisa responsáveis, que seguem as classificações do senso do IBGE.

Em 1995, 12% dos brancos e dos pardos assumiram o preconceito racial. Em 2003, o índice caiu para 4%. No entanto, pela escala indireta de preconceito elaborada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha, 87%, em 1995, manifestaram algum tipo de preconceito, contra 74% no último inquérito. Os números apontam uma melhora, o que não significa alteração nas relações cotidianas.

Esses números são uma pequena demonstração das contradições que existem, quando se discute racismo na sociedade brasileira. Este texto se propõe a discutir alguns elementos que contribuíram para caracterizar as relações étnico-raciais no Brasil. Para esse objetivo, apresento dois pilares ideológicos que deram origem à singularidade das relações raciais no Brasil: a supremacia racial e o mito da democracia racial. Este último conhecido, originalmente, como luso-tropicalismo³.

SAIBA QUE:

De acordo com o estudo, elaborado pelo pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, ocorreram em 2002 no Brasil 45.997 homicídios: 18.867 vítimas (41%) eram brancas e 26.952, ou 58,6%, eram negras. No grupo de “negros”, Waiselfisz incluiu as pessoas pretas e pardas. Em 2011, os assassinatos contra a população geral, que nove anos antes já atingiam prioritariamente os negros, se intensificaram contra esse grupo racial: das 49.307 pessoas assassinadas no país, 13.895 (28,2%) eram brancas e 35.207 (71,4%) eram negras. Isso significa que, enquanto o homicídio contra os brasileiros brancos foi reduzido em quase um terço (31,3%) na última década, o número de vítimas negras cresceu 21,9%. De acordo com o Mapa da Violência, na Paraíba, um jovem negro, pobre, morador de bairros periféricos tem 19 vezes mais chance de ser assassinado do que um jovem branco. (WAISELFISZ, Júlio Jacobo, Mapa da Violência 2012. <http://www.mapadaviolencia.org.br/>).

3 O luso-tropicalismo será tratado no próximo capítulo.

Ressaltamos que o termo raça não é empregado sob o ponto de vista biológico, porquanto, nesse sentido, ele foi abandonado pelo campo científico e pelas instituições governamentais, políticas e sociais, em grande parte dos países, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a noção de “raça” foi sendo substituída pela ideia de “etnia” e diferenças culturais.

Por raça, entendemos uma construção histórica e social, sem nenhuma referência ou sustentação biológica. No entanto, acreditamos que, na simples anunciação do termo “raça”, no senso comum, está subentendida não só a noção de hierarquia cultural, desigualdade social e superioridade cultural de determinado grupo, mas também de hierarquia biológica e de (in) capacidade moral e psicológica.

No Brasil, a não utilização do termo “raça”, em seu sentido biológico, começou com Gilberto Freyre. O cientista social foi decisivo para o rompimento com a noção de desigualdade e hierarquização raciais no Brasil. Freyre propôs substituir a ideia de raça por cultura, o que agradou parte do meio acadêmico e os governos ditatoriais entre 1930-1945 e 1964-1985, que procuravam “ocultar as relações desiguais e violentas que marcaram a colonização portuguesa e a constituição da sociedade brasileira” (SCHWARCZ, 1996, p. 28).

Outra questão necessária para esta discussão, diz respeito à definição do termo adotado para se referir à população com ascendência africana. A denominação “negro(a)” é empregada e defendida pelos movimentos negros para se referir aos “pretos” e “pardos”, de acordo com a classificação do IBGE. Isso porque tanto pretos(as) quanto pardos(as) ocupam as bases da pirâmide social: são os que ficam menos tempo na escola; estão em menor número nas universidades (entre os discentes e os docentes); são minoria entre os que ganham melhores salários e entre os ocupantes de trabalho braçal (construção civil, empregos domésticos etc.); são as maiores vítimas da violência urbana, etc. Portanto, quando nos referimos à população negra, neste texto, estamos incluindo tanto pretos(as) quanto pardos (as).

Embora não seja foco desse texto, é importante destacar que os dados negativos relativos a negro(s) e pardo(a)s, registram variações por gênero. Por exemplo, segundo dados do DIEESE⁴, as mulheres negras, em média, ganham menos que os homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros. Mas, de acordo com o mapa da violência, entre as vítimas da violência urbana, os jovens negros homens são as vítimas preferenciais do tráfico de drogas e da violência policial.

SAIBA QUE:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no dia 30 de janeiro de 2014, o resultado de sua pesquisa de emprego. Um dos resultados apontados pela pesquisa revela que trabalhadores de cor preta ou parda ganharam, em média, muito menos do que os indivíduos de cor branca no Brasil em 2013. Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, um trabalhador negro no Brasil ganha, em média, pouco mais da metade (57,4%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. Em termos numéricos, estamos falando de uma média salarial de R\$ 1.374,79 para os trabalhadores negros, enquanto a média dos trabalhadores brancos ganham R\$ 2.396,74.

O racismo, como o conhecemos hoje, está associado à modernidade. Surgiu nos últimos séculos da Idade Média, sustentado sobre dois pilares: a supremacia branca e o antissemitismo⁵. A distinção do racismo moderno, para o comportamento que existia anteriormente à modernidade, ocorreu na mudança de conduta das pessoas, que passou de atitudes xenófobas, que se

4 Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

5 Para mais informações sobre antissemitismo, ver: George Fredrickson *Racismo: uma breve história*. Porto: Campo das Letras: 2004 e “Uma história comparada do racismo: reflexões gerais”, in Michel Wieviorka (org.). *Racismo e Modernidade*. Venda Nova. Bertrand Editora: 1995.

caracterizavam pela hostilidade e estranhamento do diferente ou estrangeiro, para um comportamento baseado nas crenças de que os valores, a moral e as características, considerados negativos, de uma pessoa ou de um grupo seriam herdados e transmitidos, por meio do sangue, para outras gerações, ou seja, era um fator hereditário.

Assim, foi no final da Idade Média que ocorreu a intensificação do contato dos portugueses com os africanos subsaarianos, em decorrência do processo das navegações, com o intuito de ampliar mercados e de adquirir novas mercadorias. Um dos primeiros “objeto-mercadoria” adquirido pelos portugueses e rapidamente comercializado foi o próprio africano, na função de trabalhador escravo.

Para compreender bem mais todo esse processo, discutiremos, a seguir, ideologia que predominou entre políticos, professores e estudantes dos primeiros cursos universitários⁶ do Brasil, nas últimas décadas do Século XIX e nas primeiras do Século XX.

6.2 Supremacia branca

Muitos autores localizam o surgimento da modernidade na segunda metade do Século XV, nos projetos de expansão territorial, por meio das navegações, que intensificaram os contatos com outras sociedades, outras culturas e a descoberta de outros povos, colocando frente a frente o branco, na condição de colonizador e de dominador, e o colonizado índio e africano, como colonizado e dominado.

É nesse momento que autores como Fredrickson (2004) identificam o surgimento do racismo sobre dois pilares: o antissemitismo⁷ e a supremacia

6 Os primeiros quatro cursos universitários no Brasil, criados na segunda metade do século XIX, sofreram forte influência de ideologias racistas. Os cursos foram: dois cursos de Direito na cidade de Olinda (logo depois transferido pra cidade de Recife) e em São Paulo e dois cursos de Medicina, nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

7 Para mais informações sobre antissemitismo, ver: George Fredrickson: *Racismo: uma breve história*. Porto: Campo das Letras: 2004 e “Uma história comparada do racismo: reflexões

branca. Essas manifestações foram relatadas e localizadas na Europa ocidental, no final da Idade Média e início da Moderna, particularmente na região da Península Ibérica - Espanha e Portugal. Antes desse período, havia manifestações de xenofobia, expressão criada pelos antigos gregos

para descrever um sentimento reflexivo de hostilidade para com o estranho ou o Outro. A xenofobia pode ser um ponto de partida sobre o qual o racismo se pode constituir, mas não é a coisa em si. Para compreender o surgimento do racismo ocidental no fim da Idade Média e no início do Período Moderno, é crucial uma distinção clara entre racismo e intolerância religiosa. O fanático religioso condena e persegue outros por aquilo em que eles acreditam, e não pelo que eles intrinsecamente são. (FREDRICKSON, 2004, p. 15)

Xenofobia é a repulsa ao outro, ao forasteiro, classificado, em muitos lugares, como 'bárbaro'. O "fanático religioso" condena o Outro, segundo sua fé, e não, por sua essência.

A negação e repulsa àqueles de pele escura, na Europa Ocidental, já acontecia no final da Idade Média. No entanto, Fredrickson (2004) questiona a tese de que o encontro com uma pessoa de pele escura levaria, necessariamente, à aversão espontânea por parte do branco. Fredrickson (2004), ao questionar a aversão naturalizada à pessoa de pele escura, analisou a iconografia e a literatura que retratavam os africanos subsaarianos, na qual eram representados de diversas formas, desde

monstruoso e horrendo até ao santo e heróico. Por um lado, os demônios eram, por vezes, representados como tendo peles escuras e o que parece eram feições africanas, e os carrascos dos mártires eram frequentemente retratados como sendo homens negros. A associação simbólica do negro com o mal e a morte, e do branco

gerais", in Michel Wieviorka (org.). Racismo e Modernidade. Venda Nova. Bertrand Editora: 1995.

com a bondade e a pureza teve inquestionavelmente algum efeito em predispor as pessoas de pele clara contra os que tinham pigmentação mais escura. Mas o significado dessa propensão cultural pode ser exagerado. Se o negro tinha sempre conotações desfavoráveis, por que é que muitas ordens de padres e de freiras se vestiam de negro em vez de branco ou outra cor qualquer? (FREDRICKSON, 2004, p. 28).

Essa repulsa ocorreu em duas regiões da Europa Ocidental: Portugal e Espanha, onde primeiro ocorreu o intenso relacionamento com os africanos subsaarianos, e nos quais eles já eram escravizados, desde a primeira metade do Século XV. Em ambos os países ibéricos, a forte presença moura tinha a prática secular de escravizar tanto africanos subsaarianos quanto brancos europeus, fator importante para a associação do africano subsaariano com o trabalho escravo, pois a escravidão não tinha motivações raciais.

O trabalho servil era, há muito tempo, realidade na região da Península Ibérica. Primeiro, com os conquistadores mouros e, depois, os próprios mouros acabaram sendo escravizados pelos cristãos. Até então, a principal razão para transformar grupos de pessoas em escravos era determinada pela transformação dos guerreiros vencidos em trabalhadores servos e cativos dos vencedores. O trabalho servil na região também foi resultado das relações comerciais de portugueses e árabes com piratas, corsários e navegadores portugueses, espanhóis e italianos na África do Norte. Entre os produtos comercializados, estavam escravos, que eram comprados e vendidos, principalmente em cidades portuárias do sul da Espanha e de Portugal.

Outro fato que veio corroborar essa associação foram as levas de africanos que chegaram aos portos de cidades do sul de Portugal e em Lisboa, resultado das investidas portuguesas na Costa da Guiné, ainda em meados do Século XV, e das relações comerciais com mercadores mouros da região do Magrebe, o que reforça a visão “naturalizada” da condição servil dos africanos subsaarianos. Fredrickson (2004) destaca a construção naturalizada

da desigualdade sobre a representação do africano de pele escura na Espanha e em Portugal com o trabalho servil.

O Cristianismo sempre pregou a igualdade de todos diante dos olhos de Deus e, com a conversão em massa de pagãos, judeus e mouros, estava difícil encontrar povos para serem escravizados, com aprovação da fé cristã. A “descoberta” de africanos, portanto, pagãos, apesar da possibilidade da conversão, foi o desfecho para o fim da prática de escravizar outros povos europeus, e o início da “justificável” – religiosa e legalmente – servidão de africanos.

As bulas papais⁸ *Dum Diversus* e *Divino Amore Communiti*, em 1452, deram sentido de mercado às navegações, que colocava o poder nobre-militar-burguês interessado em conquistar riquezas e expandir o comércio no exterior. As bulas desse ano concediam o direito de filhar pagãos e reduzi-los à escravidão. Assim, a igreja apoiava a implantação do moderno capitalismo, “uma vez que, com eles, garantia a exploração tranquila da mão-de-obra escrava em projetos da produção agrícola para exportação” (TINHORÃO, 1988, p. 59).

Em anos seguintes, outras bulas vieram e, em poucos anos, o Papa Calisto III, em 1456, tornou o Vaticano parceiro da coroa portuguesa, em seus saques nas regiões conquistadas ou prestes a conquistar, até às Índias. Dessa forma, a igreja autorizava o mercado do tráfico de escravos subsaarianos, pois, diferentemente dos mouros e dos judeus, que foram declarados infiéis e perseguidos desde a Reconquista, expulsos ou convertidos ao Cristianismo, os africanos de pele negra eram considerados idólatras ou pagãos, já que desconheciam o Cristianismo e, portanto, eram inimigos da fé. Dentro desse cenário, espanhóis e portugueses iniciaram o contato com os povos nativos das Américas, com outra pigmentação, ainda desconhecida.

Assim, uma das razões principais encontrada por muitos europeus para fundamentar a escravidão dos africanos subsaarianos e seus

8 Bula papal é um documento selado com o timbre do Papa, onde ele se manifesta sobre determinado assunto administrativo da Igreja, seja religioso ou político.

descendentes, nas colônias do Novo Mundo e em território europeu, e não escravizar outros povos também pagãos era “ver na cor negra uma maldição significando que os africanos tinham sido designados por Deus para serem uma raça de escravos” (FREDRICKSON, 2004, p. 39).

A cor escura da pele se tornou um código visível de classificação social, que, historicamente, foi imposto pelo branco colonizador. Tal fenômeno social perdura até os nossos dias.

6.3 A supremacia branca e a Ciência

No final do Século XVIII, o racismo passou a ser difundido defendendo a ideia de que as características físicas e biológicas passariam de geração para geração. Mas, no início do Século XIX, o tráfico de africanos escravos começou a receber ataques de abolicionistas, tanto na Europa quanto nas Américas. Nesse período, as áreas de conhecimento científico tentam explicar e justificar a superioridade dos brancos caucasoides sobre os não caucasoides, dos quais o africano foi o principal alvo (TELLES, 2003).

O objetivo das teorias racistas, consideradas, na época, como científicas, do Século XIX, era explicar as desigualdades, a partir de observações de comportamentos dos grupos sociais e pesquisas científicas. Mas foi no período da colonização e do desenvolvimento das nações e das nacionalidades que o racismo científico buscou consolidar-se. Para Wiewiorka (2002a), o racismo científico construiu classificações raciais em duas direções: no contato das “raças” das regiões e países colonizados e entre os povos que habitavam as novas nações – gaulês, irlandês, judeu, inglês, francês, alemão⁹, etc.

No Século XIX, segundo Schwarcz, o termo raça foi utilizado pela literatura mais especializada para indicar “heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (1993, p. 47), dando origem à teoria

9 A partir do Século XVII, o termo raça, ou outro equivalente, foi usado para identificar os povos dessas nações, com características fixas semelhantes no interior de determinado território.

da desigualdade como elemento natural entre as diferentes raças, e que determinava o comportamento social das pessoas. Para eles, as diferenças raciais existiam e faziam parte da natureza, portanto, eram imutáveis.

Um das teorias que ganhou força nesse período foi a interpretação pessimista sobre o cruzamento das raças. Alguns defendiam que, no processo de miscigenação, não se transmitiam características adquiridas, pois as raças eram imutáveis; outros acreditavam que, por meio da miscigenação, apenas as características negativas das raças inferiores seriam transmitidas. A defesa do controle das raças inferiores e da raça pura desembocou nas pesquisas e nos projetos eugenistas, que propunham, entre outras coisas, políticas de Estado para controlar a reprodução das populações consideradas inferiores. A eugenia nasceu na Inglaterra, com o propósito de controlar a transmissão de características negativas das raças e de purificá-las.

Sustentadas por argumentações científicas, que buscavam impedir a reprodução das consideradas raças inferiores, políticas governamentais elaboraram leis que impediam a imigração, proibiam casamentos inter-raciais, realizavam “esterilização forçada dos indesejáveis, e, finalmente, a eutanásia de categorias inteiras de pessoas” (FREDRICKSON, 2004, p. 76) – alcoólatras, epiléticos, deficientes mentais, homoafetivos, etc. Para os eugenistas, a mestiçagem era uma agressão à raça pura. Assim, as raças inferiores gozavam de uma inferioridade biológica, imutável e sem nenhuma possibilidade de refinamento, progresso, evolução ou transição para um estado de condição “superior”.

Quais países desenvolveram pesquisas eugenistas?

No Brasil, tivemos diversos intelectuais, cientistas e políticos que defendiam projetos eugenistas.

Pesquise sobre quem eram eles.

Assim, a versão social do darwinismo supunha que as raças humanas também faziam parte de uma lógica natural, na qual as raças inferiores não acompanhariam a evolução das raças superiores, e por isso, não iriam sobreviver na ‘luta pela existência’. A competição entre as nações era a forma de alcançar o progresso, e o mais apto ganharia a luta pela sobrevivência. Essa foi a brecha adotada pelos países dominadores imperialistas para justificar a dominação de suas respectivas colônias.

No decorrer do Século XIX, a Ciência elaborou as primeiras teorias racistas, apesar da intensificação da pressão internacional contra o tráfico de escravos africanos. O Brasil se inseriu nesse contexto como traficante e receptor de escravos. Correntes teóricas racistas influenciaram políticos, acadêmicos e parte da população. O resgate histórico das teorias racistas, no Brasil do Século XIX, que perduraram até as primeiras décadas do Século XX, evidencia o cenário onde o luso-tropicalismo e o mito da democracia racial surgiram.

6.4 Filmes e documentários

- **“Quilombo”**, direção: Cacá Diegues, Brasil, 1984. Resumo: Num engenho de Pernambuco, por volta de 1650, um grupo de escravos se rebela e rumo ao Quilombo dos Palmares, onde existe uma nação de ex-escravos fugidos que resiste ao cerco colonial, entre eles Ganga Zumba, um príncipe africano. Tempos, seu herdeiro e afilhado, Zumbi, contesta as ideias conciliatórias de Ganga Zumba e enfrenta o maior exército jamais visto na história colonial brasileira.
- **“Amistad”**, direção: Steve Spielberg, EUA, 1998. Resumo: Costa de Cuba, 1839. Dezenas de escravos negros se libertam das correntes e assumem o comando do navio negreiro La Amistad. Eles sonham retornar para a África, mas desconhecem navegação e se vêem obrigados a confiar em dois tripulantes sobreviventes, que os enganam e fazem com que, após dois meses, sejam capturados por um navio americano, quando

desordenadamente navegaram até a costa de Connecticut. Os africanos são inicialmente julgados pelo assassinato da tripulação, mas o caso toma vulto e o presidente americano, que sonha ser reeleito, tenta a condenação dos escravos, pois agradaria aos estados do sul e também fortaleceria os laços com a Espanha.

- **“Mississippi em chamas”**, direção: Alan Parker, EUA, 1989. Resumo: Mississippi, 1964. Rupert Anderson e Alan Ward são dois agentes do FBI que estão investigando a morte de três militantes dos direitos civis. As vítimas viviam em uma pequena cidade onde a segregação divide a população em brancos e pretos e a violência contra os negros é uma tônica constante.
- **“Cafundó”**, direção: Paulo Betti e Clóvis Bueno, Brasil, 2005. Resumo: João de Camargo (Lázaro Ramos) viveu nas senzalas em pleno século XIX. Após deixar de ser escravo ele fica deslumbrado com o mundo em transformação ao seu redor e desesperado para viver nele. O choque é tanto que faz com que João tenha alucinações, acreditando ser capaz de ver Deus. Misturando suas raízes negras com a glória da civilização judaico-cristã, João passa a acreditar que seja capaz de curar e realmente acaba curando. Ele torna-se então uma das lendas brasileiras, se popularizando como o Preto Velho.
- **“Xica da Silva”**, direção: Carlos Diegues, Brasil, 1976. Resumo: Segunda metade do século XVIII. Xica da Silva (Zezé Motta) era uma escrava que, após seduzir o milionário João Fernandes (Walmor Chagas), se tornou uma dama na sociedade de Diamantina. Ela passou a promover luxuosas festas e banquetes, algumas contando com a exibição de grupos de teatro europeus. Sua ostentação fez com que sua fama chegasse até a corte portuguesa.

Referências

CABRAL, João Pina. Racismo e Etnocentrismo. In Henrique de Araújo, Paula Mota Santos, Paulo Castro Seixas (orgs). **Nós e os outros: a exclusão**

em Portugal e na Europa. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1998.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** SP, Contexto: 2007.

FREDRICKSON, George M. **Racismo: uma breve história.** Porto: Campo das Letras: 2004.

FREDRICKSON, George M. “Uma história comparada do racismo: reflexões gerais”, *in* Michel Wieviorka (org.). **Racismo e Modernidade.** Venda Nova. Bertrand Editora: 1995.

FROTA-PESSOA, Oswaldo. “Raça e eugenia”, *in* SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, S. (orgs.) **Raça e diversidade.** São Paulo, Edusp: 1996.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo. Madras: 2008.

SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças.** São Paulo, Companhia das Letras: 1993.

TELLA, Marco Aurélio Paz (org.). Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil – Cadernos Afro-Paraibanos Volume 1. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro, Relume Dumará: 2003.

TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira.** São Paulo, Editora 34, 1ª edição no Brasil: 1.998.

WIEVIORKA, Michel (org.). **Racismo e Modernidade.** Venda Nova, Bertrand Editora: 1995.

